

Resultados

Matérias no mês:

1,3 mil matérias (fev/20 a set/20)

Retorno:

R\$ 30 milhões

**Prêmio Jatobá
Case | A Virada de Chave**

Como a ABIMO se tornou referência nos temas ligados à indústria de saúde durante a pandemia do novo coronavírus.

Destques



Reuters
27 de março

GERAL

Secretário se diz otimista com reunião sobre equipamentos contra coronavírus

Estadão Conteúdo
28/02/20 - 12h31



Ouvir: iz otimista com reunião sobre equipame 0:00 ouvímo

AGORA SEU SITE PODE SER OUVIDO!
FAÇA PARTE DO MAIOR MOVIMENTO DE INCLUSÃO COM O ÁUDIO DO BRASIL. **CLIQUE E INSTALE GRATIS!**

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, João Gabbardo, disse nesta sexta-feira, 28, estar otimista após primeira parte de reunião com representantes da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos (Abimo) para discutir o abastecimento de equipamentos de segurança contra o novo coronavírus.

Istoé
28 de fevereiro

Jornal da Band
25 de março



PADEMIA DO CORONAVÍRUS

Grupos antivacina mudam foco para covid. Pág. A13 }

Indústria só supre até 70% dos respiradores

Ainda assim, fabricação levaria de 60 a 90 dias, segundo associação nacional; sem isolamento, sistema não terá como dar conta

Matheus Vargas / BRASÍLIA

A indústria nacional de produtos para saúde estima que consegue atender até 70% da compra de respiradores que o Ministério da Saúde deseja realizar para enfrentar o novo coronavírus, ou seja, cerca de 10 mil das 15 mil unidades licitadas. A fabricação levaria

de 60 a 90 dias, segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo), Franco Pallamolla.

O pico de casos de coronavírus no Brasil deve ocorrer entre abril e maio, estimam autoridades da área. A ideia do Ministé-

rio da Saúde é receber os respiradores de forma escalonada até junho, mas mesmo dentro do governo na indústria é reconhecido que o sistema de saúde não dará conta se falharem as medidas de isolamento.

“Nenhum país tem capacidade produtiva instalada de respiradores capaz de fazer frente a essa avassaladora, brutal de-

manda que pode vir”, afirmou Pallamolla.

De acordo com o Ministério da Saúde, o Brasil tem 65.411 respiradores, dos quais 46.663 estão disponíveis no SUS. Cerca de 3,6 mil desses aparelhos estão fora de operação por problemas como falta de manutenção. Cada aparelho do tipo novo varia de R\$ 50 mil a R\$ 90 mil – fora da pandemia.

O Brasil tem quatro fábricas de respiradores. Juntas, em tempos normais, elas produzem cerca de 10 mil unidades por ano. O presidente da Abimo explica que o trabalho agora está sendo feito 24 horas para entregar em dois meses o que se faz em cerca de 365 dias. Há ainda “grande solidariedade” de diversas indústrias que estão dando suporte logístico para a confecção dos equipamentos, além de mu-

dar linhas de produção para confeccionar produtos para a saúde, disse Pallamolla.

Como mostrou o Estado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) formou parceria com dez grandes empresas (ArcelorMittal, Fiat, Ford, General Motors, Honda, Jaguar, Land Rover, Renault, Scania, Toyota e Vale) para fazer a manutenção de respiradores. A indústria estima que até dez pacientes podem ser atendidos por aparelho recuperado.

Fusquinha

A indústria tem produzido modelos mais simples. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, chegou a comentar que o Brasil faria produtos do tipo “fusquinha” para acelerar as entregas.

O presidente da Abimo afirma que há mobilização para produção de máscaras e outros equipamentos de proteção individual, vitais para evitar contaminação. “Temos capacidade produtiva? Temos. Ela dá conta da demanda? Não. Algum país deu conta? Não. Nem a China conseguiu.”

A indústria brasileira tenta aproveitar a queda de casos na China para importar de lá produtos hospitalares. “Claro que vamos disputar isso com Europa, EUA e outros países.” A Abimo defende ainda mudança na legislação para que apenas o Ministério da Saúde tenha poder de “requisição administrativa” de produtos. “Quando um gestor municipal entra numa empresa requisitando estoque, ele está olhando com o foco dele, mas não tem painel nacional.”

O Estado de S. Paulo 1º de abril

Destques

JORNAL NACIONAL



Jornal Nacional | Globo
06 de abril

Comprar da China agora requer agilidade

Disputa por material de saúde com outros países exige pagamento à vista e transporte por avião

Por Assis Moreira — De Genebra
03/04/2020 05h01 · Atualizado há 4 semanas



Se o Brasil quiser comprar produtos de saúde na China, precisa ser ágil, pagar à vista e transportar rapidamente o material de avião. Do contrário, outro país passará na frente, em meio ao desespero global por equipamentos de proteção da saúde.

É o que dizem fontes que acompanham movimentação brasileira tentando comprar na China de máscaras, luvas, respiradores, kit de testes e equipamentos de proteção (roupas, óculos), mas de forma até agora bem pouco organizada.

Valor Econômico
1º de abril

FOLHA DE S.PAULO



saúde > coronavírus saúde responde ciência cotidiano

acompanhe as últimas notícias sobre o novo coronavírus

CORONAVÍRUS

Anvisa aprova regra que permite importação e venda de respiradores usados

Esse tipo de procedimento não era permitido; medida deve valer durante pandemia e com base em critérios

Folha de S. Paulo
28 de abril

Destques

Destques



Jornal Nacional | Globo
07 de maio



CNN Brasil
17 de maio

Destques

DEBATE Dinheiro

ASSINE

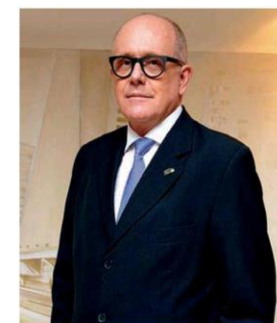
NEGÓCIOS

Philips dentro do hospital

Ao constatar que a demanda por equipamentos médicos multiplicou durante a pandemia, a empresa concentra seus investimentos de 100 milhões de euros para ampliar a produção de respiradores e monitores.



Istoé Dinheiro
22 de maio



OBSTÁCULOS A capacidade de produção de equipamentos hospitalares por parte da indústria nacional e a má gestão do SUS são problemas citados por Paulo Fraccaro (à esq.), da Abimo. Outro empecilho é a demora no processo de compras de máquinas importadas (acima)

depois do pico”, afirma Fraccaro. Para ele, é necessário um melhor controle dos recursos públicos, especialmente em saúde. “O que falta para o SUS é uma administração mais eficiente. Não podemos aceitar que haja tantos equipamentos sucateados e sem manutenção na rede pública.”

Já o superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo), Paulo Henrique Fraccaro, observa que a indústria nacional, que até então tinha capacidade de produção de cerca de 15 mil respiradores ao ano, teve de se redimensionar para garantir essa demanda ao governo federal em até três meses.

Para conseguir atender à demanda, as quatro indústrias que produzem respiradores no Brasil uniram forças. O prazo, no entanto, poderá ser alterado, caso haja dificuldade na importação dos componentes necessários, que, vindo em sua maioria da China, sofreram variação de preço desde o início da crise. “Antes da pandemia, tínhamos cerca de 60 mil respiradores nos hospitais do País e nossa necessidade era de pelo menos mais 15 mil. Vamos ter de administrar bem esses equipamentos

TECNOLOGIA Mas também há ações positivas no País. Criado em 2016, o centro de excelência em tecnologia da Philips em Blumenau, Santa Catarina, por exemplo, tem sido responsável por desenvolver softwares que ajudam na redução de custos e facilitam acessos a dados de pacientes. Segundo Fabia Tetteroo-Bueno, uma das principais apostas de crescimento está no sistema de gerenciamento Tasy, espécie de prontuário médio eletrônico e contínuo criado no Brasil. “Já fizemos do programa uma importante ferramenta de gerenciamento. Agora, com a Covid-19, vem crescendo muito. Em duas semanas, já são mais de 1 mil hospitais interessados”, afirma a CEO da Philips. “O Brasil deixou de ser conhecido como um grande polo consumidor de iluminação e TV, para hoje ser um polo de software e saúde.”

Para o executivo da Abimo, as regras rígidas de compras públicas prejudicaram

PHILIPS EM NÚMEROS

2019:
Faturamento de
19,5 BILHÕES
DE EUROS
(R\$ 123,4 bilhões)

1º trimestre 2020:
Faturamento de
4,16 BILHÕES
DE EUROS
(R\$ 26,3 bilhões), contra 4,15 bilhões de euros
no mesmo período de 2019

Aumento de
23%
no volume de pedidos
(imagens diagnósticas, ventiladores
hospitalares e monitores)

Investimento de
100 MILHÕES
DE EUROS
(R\$ 633 milhões)
para aumentar volume de produção

aquisições mais rápidas de equipamentos do exterior. “As compras atrasaram porque o Brasil estava amarrado ao sistema de licitação que era proibido pagar antecipado e só comprava com pagamento 30 dias após a entrega. Hoje, é necessário pagar antecipado. O governo federal demorou para entender que o mundo mudou”, diz Paulo Fraccaro. Com várias denúncias de superfaturamento em aquisições e até de equipamentos com defeitos adquiridos por governos estaduais, o fato é que essa demora está custando muito caro aos brasileiros. Em todos os sentidos. **ES**

Destques



INOVAÇÃO

União de empresas amplia em 30x produção de fábrica de respiradores

De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos (Abimo), antes da pandemia o Brasil contava com cerca de 60 mil ventiladores pulmonares, sendo que de 3 mil a 4 mil destes estavam parados para manutenção. Segundo o Ministério da Saúde, em 861 municípios brasileiros apenas um ventilador mecânico está disponível.

UOL
06 de junho

Portal Hospitais Brasil **07 de julho**

publicidade

PORTAL HOSPITAIS *Brasil*

FLUXO ONCOLÓGICO

O câncer não pode esperar Info

Notícias ▾ Fornecedores em destaque Oportunidades Livros Eventos Revista Digital

Início > Notícias > Mercado > Indústrias de dispositivos médicos no pós-pandemia: fortalecidas em sua imagem e combatidas...

Notícias Mercado

Indústrias de dispositivos médicos no pós-pandemia: fortalecidas em sua imagem e combatidas pela falta de investimentos do Estado

07/07/2020

Governo planeja desistir de compra de 2.880 respiradores

Pasta fala em 'caráter mutável' da pandemia e quer cancelar 50% dos ventiladores

Natália Cancian

BRASÍLIA Ainda sem cumprir todas as entregas prometidas e em meio a uma alta de casos da Covid-19 em diferentes regiões, o Ministério da Saúde quer rever contratos para fornecimento de respiradores a estados. A pasta já planeja cancelar a compra de ao menos 2.880 desses equipamentos.

O volume corresponde a 50% dos respiradores de transporte — que permite uso por equipes de emergência no transporte de pacientes com dificuldade de respiração — contratados pela pasta à empresa Magnamed, uma das principais fornecedoras do ministério, ainda em abril deste ano.

O contrato previa produção e entrega nos meses seguintes para enfrentamento da Covid-19.

A Folha obteve um ofício enviado pela Coordenação de Atenção Hospitalar da pasta à empresa em 15 de julho. No documento, o ministério solicita "reduzir em 50% o quantitativo previsto de ventiladores de transporte".

Inicialmente, o contrato com a Magnamed previa a

entrega de 5.760 respiradores desse modelo — daí a possibilidade de que seja cancelada a compra de até 2.880 unidades.

O documento justifica a medida "tendo em vista o caráter mutável da epidemia e as alterações nos planos de contingência", sem especificar quais seriam essas mudanças.

A intenção de cancelar parte do total previsto foi revelada pelo jornal O Globo, e confirmada em documentos obtidos pela Folha e junto a técnicos do Ministério da Saúde.

No ofício, a pasta afirma ainda que a empresa passa a estar autorizada a vender produtos no mercado interno e para outros países. Isso havia sido vetado meses antes por causa da pandemia.

Em nota, o ministério confirmou que "contratos de aquisição de respiradores estão sendo revistos". Disse ainda que "o objetivo é otimizar a oferta conforme a demanda dos gestores locais".

Além da Magnamed, o Ministério da Saúde firmou contratos com mais quatro empresas para produção e compra de respiradores. Todos os contratos foram assinados em

abril e maio, em meio a dificuldade de obter fornecedores no mercado internacional.

Os acordos com estímulos às empresas — na época, algumas delas tinham produção menor do que o contratado para fornecimento — foram anunciados como uma "solução nacional" para o problema de falta de aparelhos. Somados, o valor dos contratos é de R\$ 787,6 milhões. Destes, o contrato da Magnamed era o maior, no total de R\$ 332 milhões.

Além dos respiradores para transporte, o contrato incluía a entrega de 740 respiradores para uso em UTI e 5.760 blenders, acessório que funciona como misturador de gases e é incorporado aos demais aparelhos.

Só para os respiradores de transporte, o valor previsto a ser pago era de R\$ 236,9 milhões. Procurada, a Magnamed disse que não iria se pronunciar sobre o caso.

A Folha apurou que, em resposta ao ministério, a empresa informou concordar com o cancelamento apenas de 25% dos respiradores. Ainda não há informação sobre como ficará o contrato.

Compras de respiradores pelo Ministério da Saúde para os estados

5.760 é o número de respiradores de transporte contratados pela pasta à empresa Magnamed

2.880 corresponde a 50% dos respiradores contratados, parte da compra que o ministério quer desistir

R\$ 332 milhões é o valor do contrato do governo com a Magnamed

R\$ 787,6 milhões é o total de contratos do Ministério da Saúde com empresas para compra e produção de respiradores

O atraso na entrega de itens prometidos para assistência ao novo coronavírus tem sido alvo de críticas de gestores de saúde nos últimos meses.

A previsão inicial da pasta com os contratos com as empresas nacionais era fornecer até 16.252 respiradores até o fim deste mês, com prazo máximo até outubro.

Dados de um painel criado pelo ministério para acompanhar a distribuição de equipamentos em meio à pandemia apontam que foram entregues 8.628 respiradores até agora a estados e municípios. Destes, 4.584 são para uso em UTIs e 4.044 para transporte de pacientes.

De acordo com membros do ministério ouvidos pela Folha, a intenção é rever os contratos dos chamados respiradores de transporte.

A avaliação da gestão atual é que havia um número alto de respiradores de transporte contratados em relação aos de UTIs. O grupo, porém, não soube dizer se haveria possibilidade de substituição desses equipamentos por outros, por exemplo. Nos últimos dias, porém, representantes da pasta também têm frisado que, embora tenham feito contratos para fornecimento, não é obrigação da pasta fornecer respiradores e equipamentos de proteção individual.

A orientação de "deixar claro" que a pasta não tem responsabilidade de fornecer esses itens consta também de uma ata de reunião do comitê de operações de emergência do Ministério da Saúde do dia 17 de junho, obtida pela Folha.

No encontro, ao comentar a oferta de respiradores e EPIs, membros do ministério justificaram que, em um primeiro momento, era preciso ser "reativo" e organizar ações em razão da falta no mercado, mas que o cenário havia mudado.

A partir daí, há a sugestão de "deixar claro que o Ministério da Saúde não tem a responsabilidade de fornecer respiradores e EPI".

"Isso ocorreu devido à atual conjuntura da emergência de falta de atendimento no mercado, porém hoje já estamos com um panorama mais estabilizado possibilitando aos estados usarem suas verbas destinadas a esta emergência para aquisição", diz a ata.

Em seguida, o ministério orienta que eventual apoio seja dado "para estruturar onde ainda não aconteceu levando em consideração capacidade de compra e logística".

Procurado, o Conass, conselho que reúne secretários estaduais de saúde, disse não ter sido informado pelo ministério até o momento sobre a revisão dos contratos.

Segundo Paulo Fracaro, superintendente da Abimo (Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos), a maioria das empresas começou a finalizar as entregas ao governo nas últimas semanas. Deles, a Magnamed ainda teria um montante a ser entregue. Fracaro não soube informar a quantidade.

Para ele, a possibilidade de revisão de contratos tem gerado apreensão no setor. Fracaro diz que ao menos duas empresas esperam pelo pagamento total dos contratos, mas ele não informou quais.

Destaque

Destques

Mônica Bergamo

monica.bergamo@grupofolha.com.br



CORONAVÍRUS

Vacina contra Covid-19 pode não ter agulha para ser aplicada no Brasil, alertam fabricantes

Eles afirmam que a demanda pode ser maior do que a capacidade de produção da indústria nacional



Uma eventual campanha de vacinação contra [a Covid-19](#) no país pode esbarrar em um empecilho: a falta de seringas para a aplicação [quando, e se, o imunizante for aprovado.](#)

Mônica Bergamo | FSP
10 de agosto

Destques



Jornal Hoje | Globo
12 de agosto



Rádio Bandeirantes
28 de setembro